



Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia

ISSN: 1415-0549

revistadafamecos@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Brasil

Martinez, Monica; Lago, Cláudia; Coelho de Souza Lago, Mara
Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação
Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, vol. 23, núm. 2, mayo-agosto, 2016
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495553927004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação

Gender studies in Brazilian journalism research: a fragile relationship

Monica Martinez

Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, pós-doutorado pela UMEP e estágio de pesquisa junto ao departamento de Rádio, Televisão e Cinema da Universidade do Texas. É docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba (Uniso).
<martinez.monica@uol.com.br>

Cláudia Lago

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Professora da Escola de Comunicações e Artes, curso Licenciatura em Educomunicação, da Universidade de São Paulo. É vice-chair da Journalism Research and Education (JRE) of IAMCR e presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) gestão 2015-17.
<claudia.lago07@gmail.com>

Mara Coelho de Souza Lago

Doutora em Psicologia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora titular aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atuando como docente voluntária no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH).
<mara.lago7@gmail.com>

RESUMO

Este artigo investiga a relação entre os estudos de gênero e a pesquisa em Jornalismo no Brasil. A análise está centrada nos trabalhos apresentados desde o primeiro encontro anual da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), em 2003, até 2014, que foram rastreados pela palavras-chave “gênero”. Como método, emprega a análise de conteúdo (Bardin, 2011), sendo que as categorias analisadas foram a) referencial teórico sobre relações de gênero; b) perfil do pesquisador. O corpus consiste em cinco pesquisas identificadas no banco de dados da associação no período de 2010-2014. Notamos, portanto, uma presença emergente de pesquisas que, contudo, até o presente ainda não dialogam com a sólida tradição dos estudos de gênero no país em outras áreas do conhecimento.

Palavras-chave: Estudos de gênero. Mulheres. Pesquisa em jornalismo.

ABSTRACT

This paper investigates the relationship between gender studies and Brazilian journalism research. Analysis is centered on papers presented at the Brazilian Association of Researchers in Journalism (SBPJor) annual meeting from its beginning, 2003, until 2014, which were screened for keyword “gender”. It employs content analysis method (Bardin, 2011), and categories analyzed were a) gender relations theoretical framework; b) researcher profile. Corpus consists of five researches identified in the association’s database in the 2010-2014 period. As a major result, it was observed an emerging presence of surveys, however, to date they don’t connect to the strong tradition of gender studies in the country in other areas of knowledge.

Keywords: Gender studies. Women. Journalism research.

Introdução

A esfera pública, enquanto uma dimensão de discussão relacionada à formação de opinião pública e base dos diálogos e tensões da sociedade civil, nos moldes dos sistemas democráticos (Habermas, 1984), passou por enormes

transformações no século XX. Uma das grandes revoluções ocorridas no Ocidente diz respeito às mulheres, que passaram a participar da sociedade de forma cada vez mais ativa, transcendendo a esfera privada que lhes era tradicionalmente reservada. A ampliação da atuação social pode ser notada na emergência de lideranças comunitárias, nos mais diversos segmentos do mundo do trabalho, em todos os níveis de ensino – dos bancos escolares às cátedras acadêmicas –, incluindo, em menor escala, a representação nos sistemas governamentais e políticos (Miguel e Biroli, 2011).

Esse incremento cobrou seu preço, uma vez que as mulheres que enfrentaram essa transição podem não ter sido tão treinadas e, seguramente, não tiveram as mesmas oportunidades que seus irmãos, amigos e companheiros. Ainda assim, a reflexão sobre esta revolução refletiu-se em uma profusão de cursos, fóruns, mesas redondas em diferentes campos de saber e atividades destinadas às mulheres. Para citar apenas um exemplo, há o *Fazendo Gênero*, evento organizado desde a década de 1990 por um grupo interdisciplinar de estudos de gênero da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Em sua 11ª edição, em 2017, o *Fazendo Gênero* sediará a *13th Women's Worlds (WW) Conference*, encontro internacional dessa área de estudos e militância.

Estes espaços de debate abordam tanto questões relacionais de gênero e sexualidades, como também feministas, uma vez que contemplam a luta pela igualdade de direitos. É o caso da trajetória das mulheres no mundo público, das duplas ou triplas jornadas de trabalho, dos salários desiguais para as mesmas funções, da divisão desequilibrada de responsabilidades domésticas e com os filhos no mundo privado, da tutela jurídica das mulheres, do controle de suas sexualidades etc.

É dentro deste contexto que se colocam os estudos de gênero, emblemáticos para se falar da relação entre a vida concreta e a teoria, entre cotidiano e conhecimento. São emblemáticos para mostrar que as questões conceituais não precisam ser áridas, já que surgem de reflexões sobre as experiências vivenciadas em e pelas sociedades.

O campo de estudos de gênero, multi e interdisciplinar, gestado na relação anterior entre academia e feminismo, ocupa um lugar fundamental em pesquisas vinculadas às humanidades. Além disso, o que é matéria deste artigo, entrelaça-se com estudos que pensam o papel constituinte da mídia nas representações discursivas sobre feminino/masculino, sexualidades e gênero, entre outras vertentes.

A pujança do campo de estudos de gênero e sua imbricação com a mídia, no entanto, não se reflete nas pesquisas em jornalismo que, paradoxalmente,

devotam boa parte de seus esforços à análise dos processos narrativos e discursivos operados pelo jornalismo (Veiga, 2014), e outro tanto à análise dos processos produtivos, que envolvem redações cada vez mais femininas, aliás, majoritariamente femininas (Micke e Lima, 2013).

A ausência das reflexões sobre os estudos de gênero no campo jornalístico é o objeto deste trabalho, que iniciamos precisando alguns conceitos e perspectivas.

Dos estudos feministas aos estudos de gênero

Os estudos feministas utilizam a metáfora das ondas, com seus grandes fluxos e refluxos, para significar os movimentos de mulheres lutando por cidadania e igualdade de direitos em relação aos homens.

A primeira onda dos movimentos feministas corresponde à luta de mulheres das sociedades ocidentais por direito a voto e educação (finais do século XIX e início do século XX). Eram as chamadas feministas sufragistas, movimento que no Brasil teve como figura de destaque a cientista natural Bertha Lutz¹ (1894-1976).

A segunda onda feminista rebentou com força em países ocidentais com os movimentos de liberação do final da década de 1960. Podemos destacar diferentes momentos nessa segunda onda dos movimentos feministas.

Primeiro momento: questões femininas e feminismos da igualdade

Os estudos feministas foram realizados principalmente por mulheres. Nas academias mulheres, engajadas ou não em movimentos feministas, passaram a refletir sobre as questões femininas, sobre os próprios movimentos e sobre as ciências nas quais foram educadas e com as quais trabalhavam: História, Antropologia, Letras, Sociologia, Psicologia, Ciências da Saúde, Políticas, Jurídicas, as Engenharias etc. Na medida em que refletiam sobre seus lugares na vida social, questionavam também os saberes que as excluía ou, em alguns casos, inferiorizavam. Para isso, passaram a questionar as próprias teorias que explicavam o mundo social, suas organizações, seus sujeitos. Ao questioná-las, foi natural que desenvolvessem estudos e propusessem novos conceitos.

Algumas mulheres são consideradas as pioneiras dessa segunda onda dos movimentos feministas, por produzirem estudos considerados paradigmáticos e até hoje citados. Entre elas, podemos destacar Virgínia Woolf, Margaret Mead

¹ Bertha Lutz, cientista brasileira formada pela Sorbonne, criadora da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que teve atuação decisiva na conquista do voto feminino pelas mulheres no Brasil e destacada luta pelo seu direito à educação de nível superior.

e Simone de Beauvoir. No ensaio “Um teto todo seu”, publicado em 1929, a escritora inglesa Virgínia Woolf (1882-1941) reúne palestras proferidas em duas escolas para mulheres da Universidade de Cambridge, com suas reflexões sobre as condições sociais das mulheres da época e as possibilidades de se tornarem escritoras e poderem viver de sua escrita. Cria personagens fictícias e analisa obras de autoras conhecidas e de outras tantas esquecidas, para falar das dificuldades das mulheres se profissionalizarem como escritoras, partindo de seu acesso diferenciado à educação formal.

Mead (1901-1978), antropóloga estadunidense da corrente culturalista, estudou sociedades indígenas nos Estados Unidos e na Nova Guiné, Melanésia, produzindo livros que foram sucessos no seu próprio país e em vários países do Ocidente. Mead questionava a naturalização dos papéis femininos nas culturas ocidentais modernas, que permitiam aos teóricos falarem na *Mulher* como um conceito universal. Em seu livro *Sexo e Temperamento* (Mead, 1988), cuja primeira edição foi publicada nos Estados Unidos em 1936, relatou seus estudos etnográficos realizados entre três povos indígenas da Nova Guiné².

Este livro de Mead teve muita importância porque introduziu a concepção de que os papéis sexuais, a exemplo dos papéis sociais, são socialmente atribuídos, e não determinados pela biologia. De acordo com esta visão teórica, não se pode mais falar em *A mulher* com uma essência universal que a diferencia d’*O Homem*, também essencializado, universal. Não se pode mais atribuir diferenças de personalidades e de comportamentos às diferenças biológicas entre homens e mulheres.

Ocorre o mesmo com o livro da filósofa existencialista francesa Simone de Beauvoir (1908-1986), *O Segundo Sexo*, publicado em 1949, em que ela enfatiza a atribuição social de uma posição secundária para as mulheres na história das sociedades ocidentais. É desta autora, nessa obra, a famosa frase: “Não se nasce mulher. Faz-se mulher”.

Como se pode perceber, as autoras ressaltam a construção histórica, cultural, de homens e mulheres nas diferentes sociedades humanas. Contudo, seus trabalhos, ainda que representassem grande avanço, não foram suficientes

2 Em dois deles, mulheres e homens não eram diferenciados em relação aos ideais da cultura. Entre os *Arapesh*, o ideal cultural era de que homens e mulheres fossem cooperadores, solidários, de comportamento amável e não agressivo. Entre os *Mundugumor*, ao contrário, o desejável era que ambos fossem agressivos, afirmadores, competitivos. O terceiro povo estudado, os *Tchambuli*, foi o único grupo cujos ideais culturais marcavam as diferenças entre homens e mulheres, atribuindo-lhes papéis sociais característicos e distintos, como nas nossas sociedades. Só que, surpreendentemente, neste povo, era próprio um comportamento mais passivo, de maior sensibilidade e fragilidade nos homens. As mulheres eram mais competitivas, dominando as transações comerciais, mostrando-se mais ativas e seguras que seus companheiros, os quais tinham mais disponibilidade para o trato com os filhos.

para fugir de uma certa tendência à naturalização de papéis femininos e masculinos, ligando os homens à cultura, ao mundo público, e as mulheres ao mundo doméstico, privado, e à natureza, em função de suas atribuições na reprodução biológica.

A reboque dos movimentos feministas desenvolveram-se expressivamente nos países ocidentais, a partir dos anos 60 do século passado, os estudos sobre mulheres. Num primeiro momento, estudos sobre a *condição feminina*, brigando pela *igualdade entre os sexos*, pela não discriminação das mulheres, pelo seu direito à participação no mundo público, por oportunidades iguais de educação, de trabalho, de participação política, em cargos de chefia nas empresas, nos serviços públicos. Uma luta que, como revela a prática, ainda está em curso. Como exemplo brasileiro podem ser citados os trabalhos da socióloga paulista Saffioti (1934-2010), autora de *Mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, um dos primeiros estudos marxistas produzido por acadêmica feminista sobre condição feminina e trabalho no país (Saffioti, 1994).

Nessa fase, desenvolveram-se também estudos sobre a condição da mulher na família e sobre a *divisão sexual do trabalho*, utilizando concepções teóricas das ciências sociais referentes ao patriarcado e à luta de classes. A questão da divisão sexual do trabalho tem sido fundamental para a discussão das diferenças entre homens e mulheres e para o debate sobre a persistência de desigualdades até hoje, tanto no mundo privado, no trabalho doméstico, quanto no mundo público, no desempenho das profissões que até hoje, em alguma medida, tendem a ser sexualizadas como femininas – caso das dos cuidados-*care*-, e masculinas – as técnicas e gerenciais.

Segundo momento: feminismos das diferenças

Num segundo momento, caracterizou-se o que foi chamado *feminismo das diferenças*: as mulheres seriam diferentes dos homens, e essas diferenças deveriam ser afirmadas, mas não poderiam servir para justificar as discriminações contra a mulher no âmbito privado (na família) ou público (na escola, no trabalho, etc.).

Muitos desses estudos não escaparam da persistente tendência à naturalização, essencializando papéis femininos e masculinos, agora num discurso que poderia ser caracterizado como o reverso da moeda: mulheres diferentes e superiores aos homens. Exemplos destes vieses podem ser observados em algumas correntes do que chamamos de *Eco feminismo*. As

mulheres, por darem à luz, saberiam cuidar da vida e, portanto, seriam as pessoas melhor indicadas para cuidar da natureza, sem poluir o ambiente.

Em paralelo a estes desdobramentos, tanto o conceito de papéis sexuais quanto as teorias clássicas das ciências humanas sociais não estavam conseguindo dar conta das intrincadas questões das diferenças entre homens e mulheres, nas sociedades em geral e na atualidade. É nesse momento de inflexão que começa a ser adotado o conceito de gênero.

Em artigo em que analisa a emergência dos estudos feministas na França e nos Estados Unidos e reflete sobre a constituição do campo de estudos de gênero no Brasil, a socióloga Machado (1992) especifica que a relação entre a academia e o feminismo acentua-se na segunda metade da década de 1970, impulsionada pelas reivindicações feministas de igualdade, institucionalizando um olhar crítico que, na década de 1980 incrementará a produção de trabalhos sobre a mulher nas universidades e centros de pesquisa.

No Brasil os estudos feministas se institucionalizaram de forma diferente do que aconteceu nos Estados Unidos e na Europa. Nos EUA, por exemplo, os chamados *women's studies* surgem no final da década de 1960 a partir dos movimentos de protestos nas universidades, impulsionados por movimentos feministas de enfrentamento radical. Já no Brasil, submetido a regime ditatorial desde 1964, o feminismo, de orientação mais moderada e alinhada ao discurso da esquerda, que tinha como causa o fim da ditadura militar, contou com acadêmicas que voltaram seus esforços majoritariamente para a pesquisa social, buscando articular-se com e dentro da própria academia (Heilborne e Sorj, 1999).

Foi este o momento do desenvolvimento de uma imprensa feminista no país com a publicação de importantes periódicos: os jornais *Mulherio*, *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres*³.

Terceiro momento: gênero como categoria de análise

Na década de 1980, um terceiro momento: concomitante a um refluxo na militância feminista a academia começa a reordenar seu olhar, ao assumir como paradigma a noção de gênero que, como exemplifica Machado, “aponta para o

3 Conferir: Cássia Regina da Silva Rodrigues de Souza, Periódicos Feministas do Século XIX: Um Chamado à Resistência Feminina. In: Anais do XV Encontro Regional da ANPUH - Rio; Mariana Jafet Cestari (orientadora) e Mônica Graciela Zoppi-Fontana. Imprensa feminista brasileira na década de 1970: um lugar de enunciação público e legítimo das mulheres. In: Língua, literatura e ensino, Maio/2008 – V. III; Viviane Gonçalves Freitas, O jornal mulherio e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. In: História, histórias. Brasília, v.2, n. 4, 2014.

caráter implicitamente relacional do feminino e do masculino. Indica a exigência de um posicionamento teórico; não basta a escolha do objeto empírico mulher. Os estudos não precisam, nem induzem a congregar exclusivamente mulheres estudando mulheres” (Machado, 1992, p. 9).⁴

Com a adoção da categoria gênero, que enfatiza a construção relacional de masculinidades e feminilidades, o campo se consolida como interdisciplinar, desenvolvendo-se transversalmente e de forma heterogênea em várias áreas do conhecimento, como Antropologia, Sociologia, História, Educação, Psicologia, Literatura e Crítica Literária, além das Ciências da Saúde. Como exemplo da consolidação e abrangência do campo de estudos de gênero, além dos grupos de pesquisa que se reúnem anualmente nos principais congressos destas ciências, destacam-se publicações tradicionais específicas, como a *Revista Estudos Feministas* e a *Cadernos Pagu*, entre inúmeras outras. De forma abrangente, o campo de estudos de gênero se debruça sobre inúmeros temas, entre eles a questão do trabalho e também a relação com a mídia.

Com a utilização do conceito de *gênero*, emprestado das ciências da linguagem, as teóricas conseguiram enfatizar a noção de *construção cultural* de papéis femininos e masculinos nas diferentes sociedades, ressaltando o *aspecto relacional* da construção histórica de masculinidades e feminilidades. Assim como as classes sociais definidas por Karl Marx (1818-1883) só se constroem na relação de *contradição* entre elas, feminilidades só se constroem em relação a masculinidades. Homens e mulheres se constituem, assim, em relações que os diferenciam e que, se são contrastivas, não precisam ser necessariamente de conflitos, lutas ou desigualdades.

Gênero, como categoria de análise, foi conceituado num texto já clássico da historiadora estadunidense Joan Scott como “ (...) um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” (Scott, 1995, p. 14). Na continuidade, ela afirmou que “o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 14).

A adesão aos estudos de gênero estabeleceu diferentes perspectivas, em primeiro lugar enfatizando a inexistência de uma identidade feminina que dê conta de uma mulher universal (branca, burguesa). Assim como não existe

4 Esse olhar teve como destaque o *Seminário Estudos sobre Mulher no Brasil: Avaliação e Perspectivas*, realizado em 1990 em São Roque (SP), e que, segundo a autora, “se tornou um marco na passagem dos estudos de mulher para os estudos de gênero e na reflexão sobre este campo de saber” (MACHADO, 1992, p. 10). Ao contrário, é a abertura para pensar a não universalidade da categoria mulher e, conseqüentemente, todas as categorias referidas. É a passagem dos estudos feministas para os estudos de gênero.

um homem universal, existem mulheres singulares, de diferentes gerações, nacionalidades, classes sociais, etnias. Machado, em trabalho mais recente, identifica: "Hoje o campo acadêmico dos estudos de gênero e sexualidade tornou mais complexa a noção de gênero. Por quê? Porque sobre o gênero agora se tem uma grande certeza: não há consenso nenhum, nem essência nenhuma sobre o que é masculino e o que é feminino" (2014, p. 21).

Em segundo lugar os estudos de gênero apontam para o fato das diferenças de gênero serem perpassadas por outras diferenças, de raça/etnia, de classe, de idade etc. Infinitudes de diferenças por meio das quais subjetividades são construídas. Diversidades ideológicas, religiosas, políticas e outras, que fazem com que os sujeitos vivenciem de formas singulares suas profissões, credos, movimentos sociais, escolhas políticas, orientações sexuais, casamentos, maternidades, paternidades, relações familiares.

Por fim, estes estudos apontam que as relações de gênero não se dão apenas entre homens e mulheres, mas entre homens e homens, entre mulheres e mulheres, entre adultos e crianças e idosos, pois todos somos desde sempre seres gendrados, generificados, perpassados pela construção de identidades de gênero.

A utilização da categoria gênero abriu possibilidades conceituais para os estudos de masculinidades, bem como ampliou os espaços acadêmicos dos estudos de sexualidades, objeto comum das militâncias acadêmicas e de movimentos feministas, gays e lésbicos.

No campo epistemológico os estudos, que se iniciaram com as discussões sobre o patriarcado em perspectivas marcadas pela teoria marxista e o confronto com as concepções psicanalíticas de subjetividade (Scott, 1995), foram se desenvolvendo pelo uso das teorias pós estruturalistas e desconstrucionistas, desdobrando-se atualmente nos chamados estudos *queer*.

Se as teorias da desconstrução e pós-estruturalistas se ocuparam em questionar o sujeito racional moderno e os binarismos que marcaram o pensamento ocidental, essencializando diferenças constituidoras de desigualdades, as teorias queer implodem de vez com as concepções identitárias de masculinidades e feminilidades, questionando a construção da heterossexualidade como norma social compulsória (Butler, 2003; Wittig, 2006).

Dimensões dos estudos de gênero no campo do jornalismo

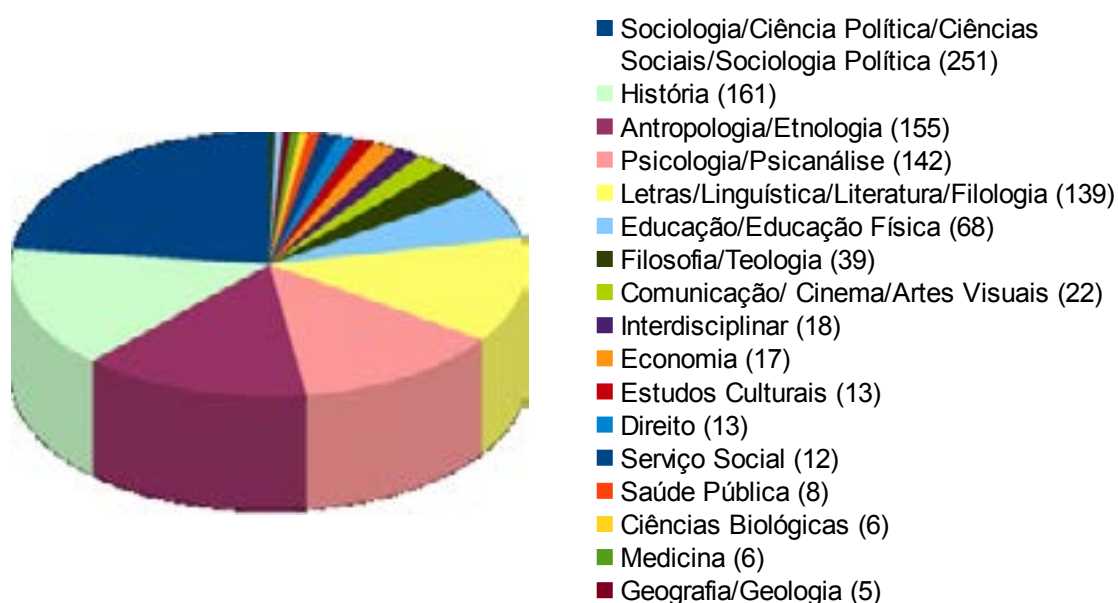
As pesquisas em jornalismo convivem desde o princípio com iniciativas pioneiras de pesquisas sobre mulheres. Destaca-se o trabalho da pesquisadora paulista Buitoni (1981), com *Mulheres de papel*, relançado pela Summus em

2009. Como o próprio subtítulo deixa claro, a intenção da autora foi a de fazer um primeiro estudo sobre a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. Contudo, o fato é que a obra se tornou um clássico da área. Ao abordar a imprensa feminina no país a obra toca em questões mais abrangentes, como o papel social da mulher e sua participação política crescente nas últimas décadas.

Desde o princípio, contudo, estas iniciativas de estudos em jornalismo são esparsas e, diferentemente de outras áreas, parecem não acompanhar a tendência dos estudos de Gênero que impregnam campos disciplinares próximos. Para se ter uma ideia, se observarmos a produção de artigos para a *Revista de Estudos Feministas*, importante periódico voltado para o campo dos estudos de gênero no Brasil, veremos que estudos provenientes da área de Comunicação aparecem em um número muito menor em relação a outras disciplinas, como Sociologia, História e Antropologia (Lago; Uziel, 2014). O gráfico abaixo, atualizado, dá a dimensão dessa diferença:

■ Gráfico 1: Estudos de gênero por campos disciplinares de autoras/es (2003-15)

REF: Gráfico por campos disciplinares de autoras/es (2003-2015)



Fonte: Banco de Dados Revista Estudos Feministas, criado por Rita Maria X. Machado.

O gráfico acima coloca em primeiro lugar no ranking as áreas das Ciências Sociais – Sociologia e Política – e mostra também uma expressiva produção na área que agrupa Letras, Literatura, Linguística e Filologia. No entanto, apesar

da área de Comunicação, Cinema e Artes Visuais estar à frente de outras, a soma dos textos produzidos por autoras/es dessa área não chega a 10% do campo. Além disso, o número também é muito incipiente se levarmos em conta a proeminência da Mídia na construção das representações de gênero e sexualidades, aspectos fundamentais no campo de estudos de gênero. Mais ainda, os estudos que tomam a Mídia como objeto, pensando a construção das representações de gênero em veículos jornalísticos, por exemplo, ocorrem a partir de espaços não dedicados especificamente à pesquisa em Comunicação ou em Jornalismo.

Em pesquisa exploratória realizada em 2014 junto à base de dados da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), o principal fórum de debate sobre jornalismo no país, notou-se a presença incipiente de trabalhos voltados para as questões do feminino que, quando aparecem, não dialogam consistentemente com as pesquisas realizadas dentro do campo de estudos de gênero. A reduzida presença da perspectiva de gênero nas pesquisas em jornalismo contrasta com a solidez e importância desse campo de estudos e motivou a pesquisa documental que deu origem a este artigo.

Procedimentos metodológicos

A primeira ação desta pesquisa foi rastrear o campo para definir o corpus de análise. Ao se buscar a palavra “gênero” na categoria palavras-chave no acervo de mais de 1.500 trabalhos apresentados nos Encontros da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, por meio do menu *Sala de Pesquisa* de seu site (www.sbpjor.org.br), 46 trabalhos foram identificados. Em seguida, foi feita triagem para se excluir os estudos sobre gênero como categoria jornalística⁵, o que limitou o corpus a sete trabalhos. Este total foi ainda reduzido para cinco trabalhos ao se optar por trabalhar com o período dos últimos cinco anos de produção. O corpus aqui selecionado reflete a produção no período de 2010 a 2014.

Em seguida foi feita uma leitura flutuante dos artigos selecionados (Bardin, 2011, p. 126). Nesta fase, buscou-se identificar as unidades de registro. Esta medida permitiu estabelecer os dois eixos principais de análise: 1) os referenciais teóricos utilizados; 2) identificar o perfil da/o pesquisador/a. Foi feita a seguir a preparação do material, que consistiu no *download* dos artigos selecionados, que foram identificados pela data e nome do autor, sendo catalogados em

5 Há que se lembrar que o termo gêneros faz tradicionalmente parte da agenda acadêmica da área de comunicação, referindo-se a formatos narrativos específicos do jornalismo, alguns até do jornalismo brasileiro, como a questão das crônicas (Melo, Laurindo e Assis, 2012).

uma tabela de trabalho, indexada por ano de apresentação, nome do autor, titulação, título do artigo, referencial teórico citado sobre relações de gênero e minibiografia sobre o autor da obra citada. A partir desse levantamento de dados foi feita uma segunda leitura, agora com marcações, a partir da qual foram feitas as inferências (Bardin, 2011, p. 44).

A história das radiojornalistas esportivas gaúchas (2010)

O primeiro trabalho que faz parte dessa seleção foi apresentado em 2010 por uma graduada em jornalismo, Bruna Atti Provenzano (Provenzano, 2010), que descreve a atuação de mulheres no radiojornalismo esportivo do Rio Grande do Sul com um viés histórico, refletindo especificamente sobre o programa dominical *Fórum Feminino Debates*, levado ao ar pela rádio gaúcha ABC, da manhã do dia 24 de maio de 1998 até meados de 2001 (o artigo não especifica com precisão a data de encerramento).

Do ponto de vista teórico sobre relações de gênero, a autora apoia-se em cinco autores/as, sendo que dois não aparecem nas referências, tendo sido, portanto, descartados para efeito desta análise. Todos/as servem para endossar a preocupação da autora em refletir sobre a inserção feminina no mercado de trabalho a partir de uma perspectiva histórica. Um dos três autores referidos é teórico em jornalismo (Melo, 2003) e dele a autora toma emprestada a noção de que “a entrada das mulheres no jornalismo se deu principalmente pela universidade, isto porque, quando da regulamentação da profissão, os profissionais que já atuavam na área garantiram o direito de permanecer na profissão” (Melo citado por Provenzano, 2010, p. 7).

As duas outras referências da autora do trabalho apresentado no 8º Encontro da SBPJor são de autoras dedicadas à reflexão sobre a interface dos estudos de gênero oriundas do campo da história e dialogam com esta área. A primeira é o estudo de Alzira Alves de Abreu⁶, que objetiva precisar o momento da entrada da brasileira no mercado de trabalho jornalístico. “A partir da década de 70 é que a imprensa começou a abrir espaços para as mulheres jornalistas. A partir da regulamentação da profissão em 1969, surgiram no Brasil diversas faculdades voltadas para a formação de jornalistas.” (Abreu citado por Provenzano, 2010, p. 7). Provenzano ressalta que “(...) a entrada de um grande número de mulheres nas redações a partir da década de 1970 não foi um fenômeno específico do meio jornalístico, mas acompanhou uma tendência geral observada em todo país.” (Provenzano, 2010, p. 7). Trata-se, portanto, de

6 Alzira Alves de Abreu é pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), criado em 1973 pela Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro.

uma referência teórica que se insere no contexto de um primeiro momento dos estudos de gênero, pois reflete sobre a luta pela inserção no espaço social. Já de Maria Izilda S. de Matos⁷ (Matos, 2002), a autora retira um trecho que aborda a questão das relações de gênero, sendo representativo do terceiro momento no contexto da evolução histórica dos estudos do campo.⁸

Mulheres políticas nos noticiários (2011)

O segundo trabalho foi apresentado em 2011 por Carolina Silva de Assis e Raquel Paiva Soares (Assis e Soares, 2011)⁹. Trata-se de um trabalho enxuto do ponto de vista de referências teóricas, sendo que três das quatro são relativas à questão de gênero, uma delas da coautora Paiva, orientadora do trabalho.

Neste artigo teórico a argumentação é inicialmente sustentada pelas ideias de Bordieu (1930-2002), *A Dominação Masculina* (Bourdieu, 2002), lançado originariamente como *La domination masculine*, em 1998.¹⁰

Em seguida, o artigo é delineado a partir da obra *Caleidoscópio convexo*, de Luis Felipe (Miguel e Biroli, 2011), lançada em 2011 pelos dois pesquisadores com graduação em Jornalismo¹¹.

7 Maria Izilda S. de Matos é titular da cadeira de História na PUC-SP.

8 "Por sua característica basicamente relacional, a categoria gênero procura destacar que a construção do feminino e masculino define-se um em função do outro, uma vez que se constituíram social, cultural e historicamente em um tempo, espaço e cultura determinados. " (Matos citado por Provenzano, 2010, p. 7). Ainda assim, o trecho serve, nesse parágrafo, apenas como uma espécie de suporte para a preocupação da autora em localizar a questão a partir da inserção no mercado de trabalho, referindo-se ao segundo momento: "Desde o final da Segunda Guerra Mundial, as mulheres passaram a ocupar – de maneira mais substancial – espaços na sociedade que até então eram exclusivamente preenchidos por homens" (Provenzano, 2010, p. 7).

9 Trata-se da síntese de um trabalho de conclusão de curso de Rádio e TV feito por Assis e orientado por Rachel Paiva Soares, professora associada da Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

10 "A imensa discrepância entre a presença masculina e a presença feminina no mundo político não pode ser simplesmente entendida como um desinteresse geral das mulheres pela política. A limitação da atuação feminina na esfera pública foi histórica e socialmente estabelecida ao longo de séculos de opressão e de demarcação de espaços "femininos" e "masculinos". Às mulheres caberia o espaço privado: o ambiente doméstico e o cuidado da família. Aos homens, o espaço público: as ruas e as assembleias. Ainda que o movimento feminista tenha questionado esta divisão e obtido vitórias importantíssimas, como o direito ao voto e à participação política por parte das mulheres, estes limites ainda não foram completamente superados. A perpetuação destas estruturas de demarcação e limitação baseadas no gênero são "produto de um trabalho de eternização que compete a instituições interligadas tais como a família, a igreja, a escola, e também, em uma outra ordem, o esporte e o jornalismo" (Bourdieu, 2002, citado por Assis e Paiva, 2011, p. 2).

11 Luiz Felipe Miguel é titular do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), também bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (Nível 1B). Flávia Biroli (bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2) é professora associada do mesmo instituto. Ambos coordenam o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê).

Tendo este livro como fio condutor, as autoras discorrem sobre a interface da questão de relações de gênero e a:

a) **noção jornalística de imparcialidade:** “A imparcialidade, assim, não significaria “não tomar partido”, mas uma tomada de partido “universal” (Miguel e Biroli citado por Assis e Soares, 2011, p. 4);

b) **limitação do feminino ao espaço privado:** “De acordo com as hierarquias e estereótipos de gênero, a esfera pública – a arena política e profissional – pertence aos homens. (Miguel e Biroli citado por Assis e Soares, 2011, p. 6);

c) **cobertura midiática que endossa o estereótipo em relação à atuação pública:** “Às mulheres está reservada a esfera privada – o ambiente doméstico e familiar. Assim, a presença feminina na política está marcada por este deslocamento e estranhamento” (Assis e Soares, 2011, p. 6).¹²

d) **percepção de campos em que a ação política feminina seria aceitável:** “(...) as questões sociais, especialmente àquelas ligadas à família, à infância e a adolescência; direitos humanos e meio ambiente. Aos homens, caberiam as áreas econômica, internacional e a “política de verdade”, ou o engendramento de acordos e alianças entre os atores e os partidos. (Miguel e Biroli citado por Assis e Soares, 2011, p. 7).

e) **representação feita pela mídia das mulheres políticas:** onde “referências a estado civil, vida familiar e relações afetivas, bem como aparência física e vestuário, são largamente observadas nas representações de mulheres políticas, mas praticamente não aparecem nas abordagens sobre homens políticos.” (Miguel e Biroli citado por Assis e Soares, 2011, p. 9).

O artigo, portanto, tece a dinâmica política de um feminino em relação ao masculino, seus limites e até a percepção de que algumas mulheres percebem esse espaço já atualizado socialmente (caso do meio ambiente) como forma de

12 As autoras seguem com o raciocínio, no qual as mulheres aparecem como “o outro que não pertence àquele campo, devido a essa oposição histórica e socialmente produzida entre o feminino e o masculino” (Miguel; Biroli apud Assis; Soares, 2011, p. 6); “As reportagens e artigos sobre mulheres políticas, porém, não cessam de marcar o estranhamento da presença feminina e admiração (ou espanto) por elas terem ‘chegado lá’” (Miguel e Biroli citado por Assis e Soares, 2011, p. 5).

angariar capital político e midiático, uma vez que ações sociais e ligadas a esferas já aceitas são cobertas favoravelmente pela mídia. Bem como as características de feminilidade, corporalidade e vida privada (Biroli, 2010).

Gênero: um ingrediente distintivo nas rotinas produtivas do jornalismo (2011)

É também de 2011 o terceiro trabalho apresentado sobre a questão de gênero, resultado da dissertação intitulada “Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias, de Marcia Veiga, que foi orientada pela profa. Dra. Virginia Fonseca (Veiga, 2011) – e que se tornaria o livro homônimo lançado pela Insular em 2014 (Veiga, 2014).

Partindo da premissa de que os “jornalistas aparecem claramente como sujeitos constituídos por gênero” (Veiga, 2011, p. 2), a pesquisadora tem como foco de interesse a heteronormatividade, que se revelará em pesquisas futuras. Contudo, aqui, constrói seu argumento a partir de teóricos dos estudos de gênero como:

a) a historiadora brasileira Louro (1997)¹³, por meio da qual Veiga afirma que o “gênero faz parte do sujeito, constituindo-o [o sujeito possui gênero e é diferenciado, reconhecido e valorado a partir dele]”, e que “as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes [e produtoras] dos gêneros” (Louro citado por Veiga, 2011, p. 3).

b) a historiadora estadunidense Scott (1995), por meio da qual Veiga conceitua gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (Scott citado por Veiga, 2011, p. 4).

b) a antropóloga estadunidense Rosaldo (1944-1981), da Universidade de Stanford (Rosaldo, 1995), que completa essa noção ao dizer que: “o conceito é utilizado “com referência não a limitações biológicas, mas sim [focalizando as] formas locais e específicas de relações sociais e particularmente desigualdade social.” (Rosaldo citado por Veiga, 2011, p. 4).

c) a filósofa estadunidense Butler (2003), de quem usa a noção de heteronormatividade, isto é, “‘certezas’ cotidianamente reafirmadas como

13 Louro é professora titular aposentada da UFRGS e fundadora do GEERGE (Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero). Através de inúmeras publicações voltadas para a educação, é importante divulgadora dos estudos pós estruturalistas e teorias *queer* na academia brasileira.

inatas e que servem de sustentação para moldar as relações sociais.” (Veiga, 2011, p. 3).

d) a antropóloga cultural estadunidense Rubin (1993), de quem Veiga endossa a noção de pirâmide de poder, cujo topo seria “formado pelo masculino hegemônico, e a base por atributos que remetem ao que se coloca no polo oposto - o feminino (Rubin citado por Veiga, 2011, p. 3).

Podemos notar, assim, um diálogo com o pensamento anglófono contemporâneo sobre a questão, que diferencia esse trabalho em relação aos quatro demais no quesito relações de gênero. Ainda assim, nota-se pouco diálogo com os pensadores brasileiros sobre a questão, seja no próprio campo ou em outras áreas do conhecimento.

Mulheres, política e família (2013)

Em 2013 houve um trabalho apresentado sobre a temática pelos pesquisadores Jennyffer Pereira de Mesquita, mestre em Comunicação graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, e Paulo Fernando de Carvalho Lopes, professor do Programa de Mestrado em Comunicação, da Universidade Federal do Piauí (UFPI) (Mesquita e Lopes, 2013).

O trabalho se constitui num estudo de caso de como o sistema patriarcal e oligárquico ainda é ativo na região Nordeste do Brasil. Exemplo são os próprios sujeitos da pesquisa: “Das oito mulheres que ascenderam a cargos políticos eletivos no ano de 2011 e que fazem parte do objeto de estudo desta pesquisa, três são exemplos de ex-primeiras-damas que se elegeram tendo como base política o prestígio de seus maridos e o trabalho desenvolvido no serviço social do município ou estado. (Mesquita e Lopes, 2013, p. 4).

O trecho escolhido para abrir o trabalho, extraído do livro das sociólogas brasileiras Fanny Tabak e Moema Toscano (Tabak e Toscano, 1982), dá o tom da pesquisa e é representativo de um primeiro momento da questão das relações de gênero: “Sua fala, uma fala para dentro; dentro de casa, no interior da família, no máximo numa pequena sala de aula. Tornar-se um ser público, é algo que atemoriza a mulher, condicionada a *calar-se* ou *cochichar*.” (Tabak e Toscano citado por Mesquita e Lopes, 2013, p. 2). Igualmente o trecho que se segue: “Daí a diferença profunda que existe entre as expressões *homem público* e *mulher pública*; o primeiro é o cidadão de grandes virtudes que se ocupa dos interesses gerais da comunidade; a segunda, uma pessoa degradada, posta a serviço da sexualidade de todos.” (Tabak e Toscano citado por Mesquita; Lopes, 2013, p. 2).

Há, na argumentação, a constatação da dominação masculina, uma vez que “a herança política passa de pai para filho” (Mesquita e Lopes, 2013, p. 3).

“Para as mulheres saírem do espaço privado, socialmente construído como próprio para si, e adentrar no campo político, foi de grande importância o apoio de pares políticos, em especial de membros da família que já tinham experiência política como pais, maridos e irmãos.” (Mesquita e Lopes, 2013, p. 2).

Isso se configura em uma das conclusões da pesquisa, ressaltada em duas constatações: a primeira: “Quanto às mulheres piauienses que chegaram ao poder, há duas particularidades: ou elas são herdeiras de patrimônios eleitorais por pertencerem a um clã familiar que detém influência política” (Mesquita e Lopes, 2013, p. 3). A segunda: “(...) ou ainda, embora em menor número, ganham notoriedade e conseguem eleger-se a cargos políticos por meio de trabalho desenvolvido junto a movimentos sociais.” (Mesquita e Lopes, 2013, p. 3).

Mulheres no comando de redações: questões sobre a influência das mulheres jornalistas no processo de seleção de notícias (2014)

No encontro de 2014 houve novo trabalho apresentado, desta feita pela docente da Universidade de Brasília (UnB), Thaís de Mendonça Jorge, coautora com Alzimar Rodrigues Ramalho e Laís Di Giorno Ribeiro (Jorge e outros, 2014)¹⁴. O trabalho contribui pelo rigor metodológico e pelos resultados, sendo que os aportes teóricos são usados em alguma medida para introduzir esse caminho de pesquisa. No quesito teórico, as/os autores/as de estudos de gênero, como a filósofa francesa Simone de Beauvoir (1908-1986) e Bourdieu, não são referenciados pelas obras originais, mas por meio de citações de trabalhos como o da docente Paula Melani Rocha, do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo e da graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Do ponto de vista teórico, esse trabalho poderia ser situado no primeiro momento dos estudos de gênero, de questionamento da submissão da mulher, no sentido que reflete a condição presente do status da jornalista como profissional no Brasil:

Cargos de chefia são mais comuns entre jornalistas do sexo masculino nos órgãos de comunicação. Segundo a pesquisa “Quem é o jornalista brasileiro? Perfil da profissão no país” – enquête em rede com 2.731 jornalistas, divulgada em 2013 pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) –, as mulheres jornalistas recebem remuneração inferior à dos homens. Os dados mostram ainda que as

14 A base do artigo é o trabalho de conclusão de curso da jornalista Laís Di Giorno Ribeiro, defendido em 2013 na Universidade de Brasília com o título de *Mulheres em Cargos de Chefia de Redação e a Construção da Realidade*, que foi orientado pela docente Alzimar Rodrigues Ramalho.

mulheres representam a maioria no jornalismo: 64% do universo dos profissionais, contra 36% dos homens. No entanto, elas são maioria em todas as faixas até cinco salários mínimos e minoria em todas as faixas superior a cinco salários mínimos (Jorge e outros, 2014, p. 6-7).

Destaca-se um dos achados, apontado nas considerações finais do artigo:

Os resultados sugerem que o trabalho jornalístico realizado por mulheres em cargos de chefia pode influenciar, mesmo que de maneira sutil, os critérios de seleção das notícias e o foco dado às matérias. Entretanto, é uma situação inconsciente e pontual, dependendo da ocasião, da pauta e dos demais elementos envolvidos, como pressões editoriais, industriais e até comerciais (Jorge e outros, 2014, p. 14).

Trata-se, justamente, da questão de gênero em relação à profissão de jornalista quando exercida por mulheres. Ao longo das 12 entrevistas feitas para a pesquisa, *contradição* parece ser a palavra-chave na tentativa de compreensão do fenômeno (Jorge e outros, 2014, p. 14), em particular no que se refere aos depoimentos das três jornalistas que ocupam cargo de chefia e que, portanto, têm de fato poder de decisão nas mãos em relação à seleção e difusão de conteúdo noticioso.

Discussão da análise

► **Tabela 1: Os sete trabalhos distribuídos a partir dos três momentos dos estudos de gênero**

Trabalho	Primeiro momento $\sigma \geq \varphi$	Segundo momento $\varphi \geq \sigma$	Terceiro momento $\sigma = \varphi$
1	X		
2			X
3			X
4	X		
5	X		

Fonte: Lago e Martinez, 2016.

A *Tabela 1* permite observar uma certa paridade entre o primeiro e o terceiro momentos da pesquisa em Estudos de Gênero e sua ressonância teórica na tentativa de compreensão do impacto do fenômeno nas pesquisas

mediáticas, em particular no âmbito dos estudos em Jornalismo. Nota-se, contudo, a ausência do segundo momento, no qual a mulher teria, em alguma medida, dominância em relação ao universo masculino devido à sua condição biológica de dar à luz, *expertise* que a proveria com uma certa vantagem nos assuntos que envolvessem o cuidado à vida e à natureza, por exemplo.

Em comum, nos cinco trabalhos analisados, pode-se observar algumas tendências peculiares do *modus operandi* dos pesquisadores de Jornalismo no Brasil, que, aliás, estão em consonância aos da área de Comunicação como um todo:

1. Diálogo com outras áreas do conhecimento tende a ocorrer com autores já consagrados em jornalismo. Como exemplo, temos o caso do sociólogo francês Bourdieu, por meio de sua obra *A Dominação Masculina* (2002)¹⁵. Destaca-se que o livro causou impacto ao ser lançado pela premissa de que seria a visão de um representante do sexo masculino e, ainda mais, do pensamento eurocêntrico, que estaria se apropriando do conceito de gênero para reforçar sua legitimidade e autoridade na sua área.

2. Ênfase aos aportes teóricos estrangeiros em detrimento dos nacionais. Ao empregar teóricos dos estudos de gênero de outras áreas do conhecimento (notadamente Antropologia e História), há a tendência dos pesquisadores em Jornalismo a citar especialistas internacionais, majoritariamente da comunidade anglófona, cujos livros e/ou artigos tenham sido traduzidos para o português. Há raras citações de obras na língua original. Já as poucas citações de pesquisadores nacionais desse tema, quando feitas, privilegiam referências de livros e não de artigos científicos (Martinez e Pessoni, 2015).

3. Uso dos autores consagrados para endossar a visão do pesquisador. Sejam nacionais ou estrangeiros, nota-se uma tradição de se citar autores que sejam afins com o pensar do pesquisador (Martinez, 2013). O relato de uma pesquisa, nesse sentido, é visto como um diálogo no qual os autores citados

15 Este livro, publicado em 1998 na França, provocou muitos protestos de estudiosas feministas por Bourdieu se utilizar de conceitos e reflexões desenvolvidos de longa data por teóricas feministas, sem lhes atribuir os devidos créditos. Por exemplo, e sem falar de outras autoras importantes, os trabalhos pioneiros de Françoise Perrot na recuperação da História de Mulheres. Sobre o tema da secundarização das teorias feministas no campo da Sociologia, de onde provém Bourdieu, conferir Miriam Adelman "Das margens ao centro? Refletindo sobre a teoria feminista e a sociologia acadêmica". *Revista Estudos Feministas*, V. 11, n. 1, p. 284- 288, 2013.

servem como vozes que ajudam o pesquisador a amplificar seu ideário e a compor seu texto de uma maneira aparentemente plural, mas sem apresentar tensões e dissonâncias.

4. Simulacro de diálogo. Como consequência, haveria em algumas pesquisas uma tendência a um diálogo de superfície, onde o pesquisador aparentemente avança em direção a interfaces com outras áreas do conhecimento. Contudo, a própria brevidade física do espaço de um artigo leva à estranheza e à falta de apresentação de conceitos e noções de forma mais consistente, o que verdadeiramente criaria a interface de forma transdisciplinar em toda sua profundidade.

Considerações finais

A premissa desta pesquisa foi a de investigar como a categoria gênero está sendo apropriada/articulada no contexto dos estudos em jornalismo. Para se atingir tal objetivo, foi feito o levantamento no Banco de Dados da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), entidade que congrega os estudiosos desde sua fundação em 2003. Após um estudo exploratório, optou-se pelo recorte diacrônico recente, no período de 2010 a 2014. Ao final do processo de triagem, cinco trabalhos foram analisados na perspectiva da análise de conteúdo (Bardin, 2011). Optou-se pelo método por ser um dos mais utilizados no campo do Jornalismo (Martinez e Pessoni, 2015).

Do ponto de vista de resultados, portanto, uma primeira conclusão dessa pesquisa é o da pequena quantidade de trabalhos apresentados nos encontros da SBPJor, que fazem a interface entre jornalismo e estudos de gênero, o que sugere um grande potencial de crescimento nesse segmento.

Também podemos destacar que os artigos apresentados nos congressos da SBPJor foram da autoria de mulheres, assim como teóricas mulheres também se destacam nas referências dessas autoras. Dos cinco trabalhos analisados, só o quarto e o quinto contaram com coautoria masculina. Com relação às referências bibliográficas, só o segundo (Bourdieu e Miguel) e o quinto (Bourdieu) citam autores homens, sempre citando também mulheres.

Não deixa de ser surpreendente que dentre esses cinco artigos, apenas um de fato se detenha em aprofundar concepções do campo de estudos de gêneros, ainda que este trabalho em particular empregue majoritariamente pensadores estrangeiros para fazê-lo. Com isso se passa ao largo de algumas discussões que os estudos de outras áreas do conhecimento já consolidaram no Brasil.

Por outro lado, um outro achado a ser destacado é a dicotomia que ocorre nestas pesquisas, no sentido de, como numa balança, penderem quase proporcionalmente, de um lado, a um primeiro momento dos estudos de gênero (três estudos de cinco ou 3:5), nos quais a visão preponderante é a da opressão feminina frente a um masculino dominador, com o qual se deve lutar para conquistar um lugar ao sol. Do outro lado (2:5), a balança aponta estudos ligados ao terceiro momento, no qual o feminino só pode ser compreendido em relação, não apenas com o masculino, mas interseccionado a uma ampla gama de diferenças: de gênero, classe, etnias, faixas etárias etc. Estaríamos aqui, por exemplo, no âmbito do pensamento mais inclusivo e complexo (Morin, 2007).

Nota-se também o predomínio de artigos teóricos em detrimento de estudos empíricos, que vão a campo para tentar compreender a realidade. De fato, nesse escopo de cinco trabalhos, apenas um utilizou o método etnográfico (ainda que esse não tenha sido descrito de forma clara) para estudar o fenômeno em campo. O pesquisador de Comunicação, em particular Jornalismo, que tanto critica a/o jornalista profissional que reporta a notícia por meio do telefone e, hoje, de aparatos digitais, também parece se sentir mais confortável em seu próprio gabinete – ou estar igualmente envolto/a em questões de obtenção de recursos financeiros e submetido/a a pressões produtivas.

Da análise do *corpus*, ressaltamos aqui o que nos parece mais importante. O primeiro é o fato de que o estudo sugere um *modus operandi* bastante característico do fazer científico comunicacional brasileiro. Além de serem eminentemente teóricos, os estudos aqui analisados empregam em sua maioria teóricos/as estrangeiros/as para referendar as ideias das/os próprias/os autoras/es, sem a intenção de travar um verdadeiro diálogo entre diferentes campos e visões de mundo. Esse rastreamento é feito, em sua maioria, por meio de livros, o que revela um subaproveitamento dos periódicos, não só brasileiros, como internacionais. Nesse sentido, ressalta-se, a grande maioria das obras consultadas é traduzida, trazendo poucas referências aos trabalhos em seu idioma original. Isso revela um certo ensimesmamento da comunidade, bem como uma dependência do mercado editorial – e comercial – para a difusão do conhecimento.

Fica a sensação de que as/os pesquisadoras/es nacionais se esforçam para dialogar com seus pares. Mas ainda o fazem de maneira tímida, sobretudo com a comunidade científica internacional. Há um certo encantamento em relação ao modo de fazer ciência comunicacional e de outras áreas no exterior, como se as/os profissionais estrangeiras/os estivessem num pedestal e, como tal, isentos de desafios – como a competitividade enfrentada por pesquisadoras/es na comunidade anglófona. É como se as/os pesquisadoras/es dos estudos

de gênero no âmbito do Jornalismo no Brasil se ativessem às pesquisas que envolvem a desigualdade dessas relações, sem estender essa forma crítica de reflexão às bases epistemológicas e metodológicas do próprio fazer científico.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. A. DE. **Elas ocupam as redações**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- ASSIS, C. S. DE; SOARES, R. P. DE A. Mídia, política e gênero: as mulheres políticas no noticiário **Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**. Anais... Brasília: SBPJor, 2011. Disponível em: <<http://sbpjor.kamotini.kinghost.net/sbpjor/resumod.php?id=1018>>. Acesso em: 8 jul. 2015.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BIROLI, F. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, n. 34, p. 269–299, 2010.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasi, 2002.
- BITTONI, D. H. S. **Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Loyola, 1981.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HEILBORN, M. L.; SORJ, B. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, S. (Ed.). **O que ler na Ciência Social Brasileira**. São Paulo/Brasília: Sumaré/Anpocs/Capes, 1999.
- JORGE, T. DE M. e outros. Mulheres no comando de redações: questões sobre a influência das mulheres jornalistas no processo de seleção de notícias. **Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**. Anais...Brasília: SBPJor, 2014. Disponível em: <<http://sbpjor.kamotini.kinghost.net/sbpjor/resumod.php?id=1558>>. Acesso em: 8 jul. 2015.
- LAGO, M. ; UZIEL, A. P. **Intersecções: Psicologia e Estudos de Gênero na Revista Estudos Feministas (2003-2014)**. Labrys, v. 26, p. 1-10, 2014.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MACHADO, L. Z. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, A. DE O.; BRUSCHINI, M. C. A. (Eds.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

- _____. **Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia.** Cad. Pagu, Campinas, n. 42, p. 13-46, jun. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 abr. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400420013>.
- MARTINEZ, M. Mapeamento da influência de Walter Benjamin nas pesquisas da SBPJor (2003-2012). **Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo.** (SBPJOR). Anais...Brasília: SBPJor, 2013. Disponível em: <<http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/resumod.php?id=1699>>. Acesso em: 8 jul. 2015.
- MARTINEZ, M.; PESSONI, A. O uso da análise de conteúdo na Intercom: pesquisas feitas com o método (1996 a 2012). In: JORGE, T. DE M. J. (Org.). **Notícia em fragmentos: o desafio de aplicar a análise de conteúdo ao jornalismo digital.** Brasília: Insular, p. 299-319, 2015.
- MATOS, M. I. S. DE. **Da invisibilidade ao gênero: percursos e possibilidades nas Ciências Sociais Contemporâneas.** Margem, n. 15, p. 237-252, 2002.
- MEAD, M. **Sexo e temperamento.** São Paulo: Perspectiva, 1988.
- MELO, J. M. DE; LAURINDO, R.; ASSIS, F. DE. **Gêneros jornalísticos: teoria e prática.** Blumenau: Edifurb, 2012.
- MESQUITA, J. P. DE; LOPES, P. F. de C. Mulheres, política e família: a produção de sentidos pelos jornais impressos de Teresina. **Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo.** Anais...Brasília: SBPJor, 2013. Disponível em: <<http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIENPJOR/paper/view/2505/474>>. Acesso em: 8 jul. 2015.
- MICK, J.; LIMA, S. **Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012.** Florianópolis: Insular, 2013.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Caleidoscópio convexo.** 1. ed. São Paulo: Unesp, 2011.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo.** 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- PROVENZANO, B. A. Fórum Feminino Debates: as mulheres no comando de um programa esportivo no rádio. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO. Anais...Brasília: SBPJor, 2010. Disponível em: <http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/9encontro/CL_27.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2015.
- ROSALDO, M. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. **Revista Horizontes Antropológicos**, v. 1, n. 1, 1995.

RUBIN, G. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: ABELOVE, H.; BARALE, M.; HALPERIN, D. (Eds.). **The Lesbian and Gay Studies Reader**. New York: Routledge, 1993.

SAFFIOTI, H. I. B. Pós-fácio: conceituando o gênero. In: SAFFIOTI, H.; MUÑOZ-VARGAS, M. (Eds.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro/Brasília: Rosa dos Tempos/NIPAS/UNICEF, 1994.

SCOTT, J. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.

TABAK, F.; TOSCANO, M. **Mulher e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

VEIGA, M. Gênero: um ingrediente distintivo nas rotinas produtivas do jornalismo. **Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**. Anais...Brasília: SBPJor, 2011. Disponível em: <<http://sbpjor.kamotini.kinghost.net/sbpjor/resumod.php?id=1222>>. Acesso em: 8 jul. 2015.

VEIGA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

WITTIG, M. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Barcelona: Editorial Egales, 2006.

Recebido em: 18/11/2015

Aceito em: 26/11/2015

Endereço Autores:

Monica Martinez <martinez.monica@uol.com.br>

Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba (Uniso)

Rod. Raposo Tavares, s/n - Vila Artura

CEP 18023-000

Sorocaba, SP - Brasil

Cláudia Lago <claudia.lago07@gmail.com>

Universidade de São Paulo

Av. Dr. Arnaldo, 715 – Consolação

CEP 01246-904

São Paulo, SP - Brasil

Mara Coelho de Souza Lago <mara.lago7@gmail.com>

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n - Trindade

CEP 88040-900

Florianópolis, SC - Brasil